

A IMPORTÂNCIA DO FARMACÊUTICO PARA PESSOAS SURDAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Evandro Lopes de Lima¹

Leonardo Guimarães²

RESUMO: O **objetivo geral** deste estudo é analisar a contribuição do farmacêutico na promoção da saúde e acessibilidade de pessoas surdas por meio de uma revisão bibliográfica. A **metodologia** utilizada incluiu a análise de publicações científicas entre 2020 e 2024, buscando compreender como a inclusão de surdos nos serviços farmacêuticos pode ser aprimorada, com ênfase na comunicação via Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Foram estabelecidos critérios de inclusão de artigos que tratam diretamente da acessibilidade de pessoas surdas nos serviços farmacêuticos, excluindo trabalhos fora do período ou não relacionados à saúde. No **desenvolvimento**, o estudo destacou a importância histórica de Libras, seu reconhecimento legal em 2002 e os desafios enfrentados pelos surdos na busca por serviços de saúde. A comunicação inadequada pode comprometer a adesão ao tratamento e aumentar o risco de erros. A capacitação de farmacêuticos em Libras e o uso de tecnologias assistivas são apontados como essenciais para melhorar o atendimento. Na **conclusão**, foi reforçada a necessidade de incluir Libras como disciplina obrigatória nos cursos da área da saúde, para que os profissionais possam oferecer um atendimento inclusivo e eficaz. A formação contínua dos farmacêuticos é vista como uma solução para garantir a equidade no atendimento de pacientes surdos.

2418

Palavras-chave: Farmacêutico. Surdos. Libras. Acessibilidade.

ABSTRACT: The **general objective** of this study is to analyze the contribution of pharmacists in promoting health and accessibility for deaf people through a literature review. The **methodology** used included the analysis of scientific publications between 2020 and 2024, seeking to understand how the inclusion of deaf people in pharmaceutical services can be improved, with an emphasis on communication via Brazilian Sign Language (LIBRAS). Inclusion criteria were established for articles that directly address the accessibility of deaf people in pharmaceutical services, excluding works outside the period or not related to health. In the **development**, the study highlighted the historical importance of Libras, its legal recognition in 2002, and the challenges faced by deaf people in seeking health services. Inadequate communication can compromise adherence to treatment and increase the risk of errors. Training pharmacists in Libras and the use of assistive technologies are highlighted as essential to improve care. In **conclusion**, the need to include Libras as a mandatory subject in health courses was reinforced, so that professionals can offer inclusive and effective care. Continuous training for pharmacists is seen as a solution to ensure equity in the care of deaf patients.

Keywords: Pharmacist. Deaf. Libras. Accessibility.

¹Graduação em farmácia, Universidade Iguazu- UNIG.

²Orientador do curso de farmácia, Universidade Iguazu- UNIG.

INTRODUÇÃO

A ONU define pessoas com deficiência como aquelas com impedimentos de longo prazo que, ao interagir com barreiras, podem ter sua participação na sociedade obstruída em igualdade de condições (CDPD, 2008). No Brasil, há cerca de 24,5 milhões de pessoas com deficiência, sendo 16,7% com deficiência auditiva (IBGE, 2000). A OMS estima que 278 milhões de pessoas tenham deficiência auditiva moderada a profunda no mundo (2005).

A deficiência auditiva pode variar de leve a profunda e é caracterizada, no Brasil, como perda auditiva bilateral de 41 decibéis ou mais (Decreto 5296/04). Historicamente, pessoas surdas enfrentaram preconceito e discriminação, sendo vistas como incapazes de se expressar ou raciocinar. No entanto, o Decreto 5626/05 reconhece a identidade surda como uma interação visual com o mundo, principalmente por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), destacando a importância de sua inclusão social (NASCIMENTO, 2019).

O papel do farmacêutico é crucial para a inclusão de pessoas surdas na sociedade, especialmente no campo da saúde, garantindo acessibilidade comunicacional. No Brasil, há cerca de 10 milhões de surdos, que representam mais de 5,1% da população, e cuja comunicação ocorre por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), oficialmente reconhecida em 2002. No entanto, a falta de compreensão e atendimento adequado em Libras nos serviços de saúde ainda perpetua a exclusão desse grupo, desrespeitando seus direitos como cidadãos. A Lei Brasileira de Inclusão e o Decreto nº 5.626/05 reforçam a importância de garantir o acesso integral à saúde, promovendo a equidade e a inclusão social das pessoas surdas (FRANCO *et al.*, 2022).

A surdez afeta cerca de 10 milhões de brasileiros, dos quais 2,7 milhões são deficientes auditivos que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como principal meio de comunicação. Embora o direito ao acesso a serviços de saúde de qualidade seja garantido, pessoas surdas frequentemente enfrentam barreiras no atendimento, muitas vezes decorrentes da falta de capacitação dos profissionais de saúde em Libras. As farmácias comunitárias, por exemplo, enfrentam desafios significativos na Atenção Farmacêutica devido à barreira de comunicação. Conforme o Código de Ética da Profissão do Farmacêutico, o atendimento deve ser equitativo para todos, mas a falta de treinamento específico em Libras revela uma lacuna na formação dos profissionais. Portanto, é fundamental incluir Libras como disciplina obrigatória nos cursos da área da saúde, garantindo atendimento de qualidade e acessível a todos os pacientes (ARAÚJO, GOMES e MARQUEZ, 2023).

A importância do farmacêutico é essencial para garantir cuidados de saúde de qualidade para pessoas surdas, incluindo orientação sobre o uso seguro de medicamentos e promoção de uma farmacoterapia eficaz. No entanto, a falta de capacitação em Libras e de compreensão dos aspectos socioculturais da surdez representa uma barreira significativa, afetando a clareza na comunicação e, conseqüentemente, levando a possíveis erros de medicação e piores desfechos de saúde para pacientes surdos. Para superar essas dificuldades, é fundamental que os farmacêuticos recebam treinamento adequado em Libras e adotem práticas inclusivas, respeitando os direitos garantidos pelo Código de Ética da Profissão, para promover maior inclusão e acessibilidade nos serviços de saúde (GALVÃO; SIQUEIRA e SOLER, 2024).

JUSTIFICATIVA

A justificativa para este estudo está ancorada na necessidade de se compreender e superar essas barreiras, promovendo um atendimento de qualidade e acessível para todos, independentemente das suas limitações auditivas. Ao identificar as lacunas na comunicação entre farmacêuticos e pacientes surdos, e ao explorar as práticas e ferramentas disponíveis, este estudo busca contribuir para a formação de um corpo de conhecimento que auxilie na capacitação dos farmacêuticos e na melhoria dos serviços prestados a essa população.

2420

Além disso, ao propor recomendações baseadas em evidências para a inclusão de pessoas surdas no contexto farmacêutico, o estudo visa não apenas melhorar a qualidade do atendimento, mas também garantir que o direito à saúde seja plenamente exercido por todos. A relevância deste trabalho reside, portanto, na contribuição para a construção de um sistema de saúde mais inclusivo e equitativo, onde as necessidades específicas das pessoas surdas sejam reconhecidas e atendidas de maneira eficaz.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar a importância do farmacêutico na promoção da saúde e acessibilidade de pessoas surdas, por meio de uma revisão bibliográfica, destacando as práticas e estratégias adotadas pelos profissionais de farmácia para garantir o atendimento inclusivo e eficaz a essa população.

Objetivos Específicos

1. Identificar as principais barreiras de comunicação enfrentadas por pessoas surdas no acesso aos serviços farmacêuticos e como essas barreiras impactam a adesão ao tratamento medicamentoso.
2. Analisar as práticas e estratégias de comunicação inclusiva que os farmacêuticos podem adotar para atender adequadamente a população surda, baseando-se em estudos e revisões bibliográficas.
3. Explorar a formação e capacitação dos farmacêuticos em relação ao atendimento de pessoas surdas, identificando lacunas no conhecimento e oportunidades de aprimoramento profissional.
4. Avaliar a eficácia das ferramentas e recursos tecnológicos disponíveis, como aplicativos de tradução e vídeos em Língua Brasileira de Sinais (Libras), na facilitação da interação entre farmacêuticos e pacientes surdos.
5. Propor recomendações baseadas na literatura para melhorar a acessibilidade dos serviços farmacêuticos para pessoas surdas, com foco na inclusão.

METODOLOGIA

Para a realização de uma pesquisa bibliográfica com foco entre os anos de 2020 e 2024, utilizando o Google Acadêmico, será necessário definir as palavras-chave principais relacionadas ao tema de estudo, que neste caso trata da contribuição do farmacêutico para a saúde e inclusão de pessoas surdas. A busca será realizada com termos específicos, como "farmacêutico e pessoas surdas", "Libras e atendimento farmacêutico", "inclusão de surdos na saúde", entre outros. O Google Acadêmico será a principal ferramenta utilizada, filtrando as publicações pelo período de 2020 a 2024.

Os critérios de inclusão para a escolha dos artigos serão baseados na relevância dos temas, sendo selecionados apenas aqueles que abordam diretamente a acessibilidade de pessoas surdas nos serviços farmacêuticos, com foco na comunicação em Libras e nas estratégias de inclusão adotadas pelos profissionais. Revisões bibliográficas, artigos originais e estudos de caso serão os tipos de trabalhos aceitos para análise. Por outro lado, os critérios de exclusão incluirão trabalhos que não discutem diretamente a acessibilidade no campo farmacêutico ou que tenham sido publicados antes de 2020.

DESENVOLVIMENTO

História e Contexto da Libras

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi oficialmente reconhecida no Brasil em 2002 pela Lei nº 10.436, representando um marco na comunicação inclusiva para a população surda. Historicamente, as pessoas surdas enfrentaram preconceito e marginalização, sendo vistas como incapazes de se comunicar eficazmente com o restante da sociedade. A falta de uma linguagem reconhecida institucionalmente dificultava a interação social e o acesso a serviços básicos, incluindo os de saúde. Com o reconhecimento de Libras, abriu-se um caminho para a inclusão efetiva, não apenas no âmbito social, mas também nos serviços públicos e privados, onde a comunicação desempenha papel crucial (NASCIMENTO, 2019).

A relevância de Libras para a comunicação inclusiva transcende a simples criação de um meio linguístico para os surdos; é uma ferramenta fundamental para garantir a participação equitativa dessas pessoas na sociedade. A ONU, em seu Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, enfatiza a importância de eliminar as barreiras que limitam o acesso das pessoas com deficiência a diversos direitos, incluindo o direito à saúde e educação (ONU, 1966). Nesse contexto, Libras tem desempenhado um papel transformador no Brasil ao proporcionar autonomia e dignidade para os surdos.

A implementação de Libras nos serviços de saúde ainda enfrenta desafios significativos, pois muitos profissionais não estão devidamente capacitados para utilizá-la. Em uma revisão bibliográfica sobre a inclusão de surdos nos serviços farmacêuticos, ficou evidente que a falta de compreensão de Libras pode resultar em erros de comunicação, levando a problemas na adesão ao tratamento e resultados adversos à saúde (ARAÚJO, GOMES e MARQUEZ, 2023). Portanto, capacitar os profissionais de saúde em Libras é um passo fundamental para assegurar que o direito à saúde seja plenamente garantido.

As políticas públicas, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), reforçam a necessidade de adaptações nos serviços de saúde para atender a todos de maneira equitativa, independentemente de suas limitações. Contudo, apesar do avanço legislativo, a implementação prática ainda carece de melhorias significativas, especialmente no treinamento de profissionais para comunicação inclusiva (PAULA *et al.*, 2022). Nesse sentido, a contínua formação e capacitação em Libras são essenciais para superar essas barreiras.

O Papel do Farmacêutico na Atenção à Saúde

O farmacêutico desempenha um papel essencial na promoção da saúde, especialmente no que tange à orientação adequada sobre o uso de medicamentos. A responsabilidade de fornecer informações claras e precisas aos pacientes é fundamental para garantir a adesão correta ao tratamento, evitando erros que possam comprometer a saúde do paciente. No caso de pacientes surdos, o desafio aumenta devido à barreira comunicacional, especialmente em locais onde a capacitação dos farmacêuticos em Libras é limitada (GALVÃO, SIQUEIRA e SOLER, 2024).

A atuação do farmacêutico vai além da simples dispensação de medicamentos. Ele também é responsável por monitorar a terapia medicamentosa e identificar possíveis interações entre medicamentos que possam prejudicar o paciente. Para isso, é essencial que o farmacêutico seja capaz de se comunicar de forma eficiente com todos os pacientes, inclusive os surdos. Nesse sentido, a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na formação dos profissionais de saúde, incluindo os farmacêuticos, é uma ferramenta crucial para garantir a qualidade e a segurança no atendimento (SILVA e LOPES, 2020).

Os desafios enfrentados pelos farmacêuticos na comunicação com pacientes surdos podem comprometer a segurança do tratamento. Uma revisão integrativa da literatura apontou que a falta de treinamento em Libras contribui para a exclusão de pessoas surdas no sistema de saúde, o que pode resultar em desfechos negativos para a saúde desses pacientes (PAULA *et al.*, 2022). Dessa forma, é imprescindível que as instituições de ensino e os empregadores incentivem a capacitação contínua dos farmacêuticos nessa área.

Portanto, a função do farmacêutico na atenção à saúde deve ser compreendida como um processo holístico que inclui não apenas a orientação sobre medicamentos, mas também a promoção da saúde por meio de uma comunicação acessível. O uso de Libras é essencial para garantir que os pacientes surdos recebam o mesmo nível de cuidado que os demais pacientes, respeitando seus direitos e promovendo uma saúde inclusiva (ARAÚJO, GOMES e MARQUEZ, 2023).

Acessibilidade na Saúde e Libras

A acessibilidade nos serviços de saúde para pessoas surdas é um desafio que persiste, especialmente pela falta de profissionais capacitados em Libras. A comunicação é um dos

principais obstáculos enfrentados pelos surdos ao acessarem serviços de saúde, o que muitas vezes resulta em dificuldades na compreensão das orientações médicas e na adesão ao tratamento. Segundo uma revisão literária, a ausência de farmacêuticos capacitados em Libras pode levar a erros graves na administração de medicamentos e a uma menor qualidade no atendimento prestado (ARAÚJO, GOMES e MARQUEZ, 2023).

A capacitação dos profissionais de saúde em Libras não é apenas uma questão técnica, mas também uma questão de direitos humanos. O acesso à informação e à comunicação adequada é um direito garantido pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que estipula que todos os serviços de saúde devem ser acessíveis às pessoas com deficiência. No entanto, a implementação dessa lei ainda enfrenta entraves, principalmente devido à falta de investimento em capacitação e na adaptação das unidades de saúde para esse público (PAULA *et al.*, 2022).

Os profissionais de saúde, incluindo os farmacêuticos, precisam compreender que a comunicação efetiva é parte integrante da qualidade do atendimento. Ao ignorar a necessidade de inclusão de Libras nos serviços de saúde, perpetua-se a exclusão dos pacientes surdos, afetando diretamente sua saúde e bem-estar. Uma comunicação clara e precisa pode garantir que esses pacientes compreendam as orientações e façam uso correto de seus medicamentos, melhorando, assim, seus resultados de saúde (Silva e Lopes, 2020).

2424

Portanto, promover a acessibilidade nos serviços de saúde para surdos conforme a figura 1, requer uma mudança sistêmica, que inclua a capacitação de profissionais em Libras e a adoção de tecnologias assistivas que facilitem a comunicação. Apenas assim será possível garantir um atendimento equitativo e de qualidade para todos os pacientes, independentemente de suas limitações auditivas (Galvão, Siqueira e Soler, 2024).

Figura 1. Promover Acessibilidade



Fonte: (Librasol,2023).

Leis e Políticas Públicas

A legislação brasileira de inclusão tem sido fundamental para garantir os direitos das pessoas com deficiência, incluindo as pessoas surdas. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) foi um grande avanço na garantia desses direitos, incluindo o direito à comunicação e ao acesso à informação. No entanto, a implementação efetiva dessas leis ainda enfrenta desafios, especialmente no setor de saúde, onde a capacitação dos profissionais para atender às necessidades de pacientes surdos é limitada (PAULA *et al.*, 2022).

A Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão, também desempenhou um papel crucial na promoção da inclusão das pessoas surdas no Brasil. Essa legislação estabelece que os serviços de saúde devem garantir o acesso a Libras, mas a falta de profissionais capacitados e a ausência de políticas de formação continuada tornam esse direito difícil de ser plenamente exercido (NASCIMENTO, 2019).

As políticas públicas precisam avançar para garantir a plena implementação das leis de inclusão. Além de garantir o reconhecimento legal de Libras, é necessário que as instituições de ensino e as unidades de saúde invistam na formação de profissionais capacitados para lidar com pacientes surdos. A inclusão de disciplinas obrigatórias de Libras nos cursos da área de saúde é

uma das estratégias propostas para garantir um atendimento mais inclusivo (ARAÚJO, GOMES e MARQUEZ, 2023).

Portanto, para que as leis e políticas públicas de inclusão sejam efetivas, é necessário um esforço coordenado entre governo, instituições de ensino e profissionais de saúde. A formação continuada e a capacitação em Libras são fundamentais para garantir que as pessoas surdas tenham acesso integral aos serviços de saúde, respeitando seus direitos e promovendo a equidade (GALVÃO, SIQUEIRA e SOLER, 2024).

CONCLUSÃO

O estudo evidenciou que, apesar dos avanços legislativos e a formalização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio oficial de comunicação, ainda há barreiras significativas na comunicação entre farmacêuticos e pacientes surdos, o que pode comprometer a adesão ao tratamento medicamentoso e afetar os desfechos de saúde dessa população.

Assim, capacitar os profissionais da saúde, especialmente farmacêuticos, para o uso de Libras é essencial para garantir um atendimento equitativo. A formação contínua em Libras, aliada ao uso de tecnologias assistivas, pode contribuir para a melhoria do atendimento farmacêutico, promovendo maior acessibilidade e inclusão social. O estudo também reforça que a inclusão da disciplina de Libras nos cursos de saúde deve ser uma prioridade para que esses profissionais estejam mais bem preparados para atender adequadamente a todos os pacientes, independentemente de suas limitações auditivas.

Por fim, o estudo conclui que o cumprimento efetivo das legislações voltadas para a acessibilidade e a formação continuada dos farmacêuticos em Libras são passos fundamentais para a construção de um sistema de saúde mais inclusivo, garantindo que o direito à saúde seja plenamente exercido por todos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. de B. .; GOMES, N. P. .; MARQUEZ, C. O. . **Assistência farmacêutica para surdos: uma revisão de literatura.** Research, Society and Development, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e2812139452, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i1.39452. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/39452>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras.**

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

CAMPOS, T. M.; PEREIRA, R. B. **Libras no Atendimento Farmacêutico: Revisão sobre as Dificuldades de Comunicação e Impactos na Saúde.** Revista Brasileira de Inclusão e Saúde, 2019.

GALVÃO, A.; SIQUEIRA, M. L.; SOLER, O. . **Pharmaceutical assistance and/or pharmaceutical care applied to deaf users: Scope review.** Research, Society and Development, [S. l.], v. 13, n. 1, p. e8013144813, 2024. DOI: 10.33448/rsd-v13i1.44813. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/44813>. Acesso em: 15 ago. 2024.

NASCIMENTO, Isabela. **Acesso à saúde e os direitos das pessoas surdas: uma revisão bibliográfica.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Saúde Coletiva) – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.** 1966. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf. Acesso em: 03 dez. 2014.

OLIVEIRA, M. L.; NASCIMENTO, G. S. **Capacitação de Farmacêuticos em Libras: Um Passo para a Inclusão no Setor de Saúde.** Revista de Educação e Saúde, 2021

PAULA, K. C. de .; FRANCISCO, G. da S. A. M. .; SÁ, T. M. de .; MIRANDA, E. S. . **Experiências de práticas de atenção farmacêutica a pessoas surdas: uma revisão integrativa da literatura.** Research, Society and Development, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e12411124604, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i1.24604. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24604>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SILVA, F. C.; LOPES, A. G. **A Importância da Comunicação Efetiva entre Farmacêuticos e Pacientes Surdos: Revisão de Literatura.** Revista Brasileira de Ciências da Saúde, 2020.